

A enxada, o relógio e a caneta

Em frente à porta detectora de metais, uma fila se formava.

Ele nunca se acostumou com essas coisas. Nasceu e foi criado no campo. Um “campineiro”, como lhe chamavam a gente chique da cidade. Pensativo, lembrou-se da primeira vez que passou por um negócio desses.

Era a época da hiperinflação. O trabalho no sítio tinha minguado. Já vivia na metrópole há alguns meses, desde que precisou devolver as terras que arrendava e onde cultivava frutas e hortaliças. Lá, agora, tudo era cana.

As mãos calejadas eram as mesmas, mas a enxada e o rastelo deram lugar à faca e à chaira, que usava no açougue do mercado do bairro. Foi o melhor que conseguiu na cidade, sem experiência ou padrinho no currículo. Por isso, sentia que não podia reclamar dos atrasos de salário.

De início, o ordenado era pago com dois ou três dias de diferença. O suficiente para ter que se explicar ao senhorio, que recebia o aluguel com relutância e ameaçava cobrar multa “da próxima vez”.

Depois, o salário passou a ser pago com atraso maior. Até que cessou de vez. O mercado permanecia aberto e os clientes continuavam a comprar carne – coisa que ele e a família não comiam há semanas. Preparar cortes nobres para os fregueses e, no fim do dia, ver a filha caçula, ainda criança, jantar ovo com farinha de mandioca era de uma ironia revoltante, dolorosa.

Pela manhã, fila para falar com o gerente. O patrão não dava as caras há meses, desde que um novo sócio assumiu o negócio. Coincidência ou não, foi quando cortaram as cestas básicas e começaram os atrasos no salário. Disseram que era uma “reestruturação interna do empreendimento”. Ninguém entendeu nada.

Comentaram que o antigo dono era hábil comerciante, mas não trabalhava com o próprio nome. Achava mais seguro ter “sócios” e “parceiros”. A velha história de pegar limões e fazer uma limonada. Com ele era assim, só que com laranjas.

No fim das contas, a conversa com o gerente não adiantou. Ele também estava sem receber o ordenado há dois meses. Ficou combinado de todos se encontrarem no dia seguinte com o advogado do sindicato.

Na reunião, cada um contou seu caso: quanto tempo de casa e quanto tempo sem receber. A sua audiência não demoraria, mas o que fazer com as contas de luz e água até lá? E o aluguel?

Passou dois meses fazendo bico como ajudante de obras no centro da cidade. Não era fichado, mas dava pra comprar comida. A esposa lavava e passava roupa pra ajudar no aluguel e os filhos mais velhos, que já não moravam mais com o pai, insistiam em ajudar. Mas ele nunca aceitou.

No dia da audiência, preparou argamassa de manhã e, na hora do almoço, correu para a Justiça do Trabalho pela primeira vez. Quando a porta apitou, colocou as poucas moedas que trazia no bolso na caixinha lateral. Passou, mas o vigia chamou seu advogado de lado. Sugeriu que falasse com a juíza togada e pedisse autorização para o cliente entrar na audiência de bermuda (a mesma usada na obra, suja de cal).

Não deu tempo.

As partes foram apregoadas.

Hesitante, o advogado explicou, da entrada da sala de audiências, que o cliente tinha saído direto do trabalho e não teve tempo de se trocar. A juíza disse que não tinha importância e pediu para todos entrarem. O sócio do mercado entrou depois, acompanhado de dois advogados.

Em mesa, o empresário explicou as dificuldades do negócio e argumentou que o Plano Real, recém-adotado, começava a dar sinais positivos no controle da inflação, mas tudo ainda era incerto. Afirmou que reconhecia a dívida posta no processo, mas pediu um prazo de doze meses para quitá-la.

A juíza explicou que um ano era tempo demais e sugeriu um esforço maior, fosse no valor da parcela, fosse no aprazamento proposto. Mas o sócio estava irredutível, gesticulando que aquela proposta era a única possível.

Nisso, a magistrada reparou o elegante relógio que ele trazia no pulso. Perguntou, com um sorriso discreto, sua marca e valor aproximado.

Os dois advogados que o acompanhavam arregalaram os olhos. Perspicazes e experientes, pediram permissão para falar a sós com o cliente, fora da sala de audiências. A juíza assentiu, com anuência dos colegas classistas.

Cinco minutos depois, retornaram à mesa. A fim de resolver o processo, acaso o reclamante aceitasse um deságio de 10% no valor da dívida, o

sócio iria naquele momento à agência da Caixa Econômica, dentro do prédio da Justiça, sacar a quantia em espécie.

Acordo aceito, homologado e cumprido.

Ao sair da sala, depois dos demais, pediu desculpas à juíza pelo traje e agradeceu. Ela, com um olhar fraternal, desejou-lhe boa tarde e que Deus o abençoasse.

E abençoou.

Naquela mesma semana, conseguiu emprego em outro mercado do bairro, onde começou como repositor e se aposentou como gerente. Com todos os salários pagos em dia. Um novo patrão, que respeitava e era respeitado.

Tudo isso veio à mente em segundos, de forma pouco ordenada.

Trinta anos depois, em frente à porta detectora de metais do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, foi interrompido pelo vigia, incomodado com a fila que só aumentava:

– O senhor vai entrar ou não?

Pediu desculpas, colocou o relógio e a chave do carro na caixinha lateral e perguntou onde era o Plenário, para onde se dirigiu.

Saiu do elevador e abraçou o filho mais velho e a nora, que ali o aguardavam.

Ouviu, quando criança, que homem não chora.

Mas, ao avistar o neto tomando posse como juiz do trabalho, não conseguiu se conter.

Se a caneta é mais leve que a enxada, porque nem todo mundo pode escolher?

E seus olhos úmidos encontraram os olhos fraternos daquela juíza de três décadas atrás, agora Presidente do Tribunal.

Gabriel Borasque de Paula
Juiz do trabalho